

O SERVIÇO SOCIAL NO VALE DO TAQUARI: SUAS COMPETÊNCIAS E FUNDAMENTOS PROFISSIONAIS

SOCIAL WORK IN THE TAQUARI VALLEY: ITS SKILLS AND PROFESSIONAL FOUNDATIONS

Bárbara WEBER* 

Thaís CLOSS** 

Resumo: O artigo apresenta uma síntese de análise quanti-qualitativa sobre a materialização das competências profissionais no trabalho do assistente social na região do Vale do Taquari- RS, apreendendo as particularidades regionais, as condições e relações de trabalho e os fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos que as iluminam. O estudo foi realizado a partir de amostra loco-regional da pesquisa censitária “Perfil, Formação e Trabalho do(a)s assistentes sociais no estado do Rio Grande do Sul” no âmbito do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 10ª Região. Verifica-se uma contradição entre o discurso de adesão ao marxismo e a sua expressão concreta no trabalho profissional, no desenvolvimento das competências profissionais, expressando-se nas atribuições a objeto profissional, concepções teórico-metodológicas ecléticas com centralidade na sua dimensão técnico-operativa. Os achados da pesquisa indicam a importância de novos estudos sobre o ensino dos fundamentos, com ênfase para a mediação do método dialético-crítico no exercício das competências profissionais.

Palavras-chave: Fundamentos do Serviço Social. Trabalho do assistente social. Competências profissionais.

Abstract: The article presents a synthesis of quantitative and qualitative analysis on the materialization of professional competences in the work of the social worker in the region of Vale do Taquari-RS, apprehending the regional particularities, the working conditions and relations and the theoretical-methodological and ethical-politicians who enlighten them. The study was carried out from a loco-regional sample of the census research “Profile, Training and Work of social workers in the state of Rio Grande do Sul” within the scope of the Regional Council of Social Service – CRESS 10th Region. There is a contradiction between the discourse of adherence to Marxism and its concrete expression in professional work, in the development of professional competences, expressing itself in the attributions to a professional object, eclectic theoretical-methodological conceptions with a centrality in its technical-operative dimension. The research findings indicate the importance of new studies on the teaching of fundamentals, with emphasis on the mediation of the dialectical-critical method in the exercise of professional skills.

Keywords: Fundamentals of Social Work. Social worker work. professional skills.

Submetido em 27/05/2021.

Aceito em 07/02/2022.

* Bacharel em Serviço Social pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Mestre em Política Social e Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: brbaraweber@gmail.com

**Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS, Porto Alegre, Brasil). Prof. do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, Porto Alegre, Brasil). Líder do Grupo de Estudos sobre Ensino, Fundamentos e Memória do Serviço Social (GEFEMSS). Pesquisadora PQ2/CNPq. E-mail: thaisacloss@hotmail.com



Introdução

O ano é 2021. Um espectro conservador paira num cenário político que mantém, na figura de Jair Bolsonaro, o protagonismo de um genocídio de 4.000 mortes diárias pela COVID-19, paralelo ao sucateamento das políticas sociais e ambientais. Na dita, linha de frente, muitos profissionais seguem a “produção em série” de adoecimentos físicos e mentais compartilhando os dilemas da exploração e expropriação capitalistas, para os quais não se vislumbra imunização. Nesse grupo, o assistente social forja sua identidade na formação e no trabalho no bojo do ataque aberto a referenciais marxistas e propostas forçosamente conservadoras.

Compreender o Serviço Social como um trabalho, área de conhecimento e profissão, na contemporaneidade, requer situá-lo no movimento histórico-social desde seu ingresso na divisão social e técnica do trabalho que, no caso brasileiro, impescinde considerar as raízes coloniais extrativista, escravocrata e latifundiária. O assistente social tem seu objeto e meios de trabalho expropriados pelo Estado, especialmente através das políticas sociais que são dialeticamente aquelas que são berço teleológico institucional da profissão. As contradições históricas entre o que lhe é requerido e o que lhe é eticamente condicionado pelo Projeto Profissional, avolumam-se a partir da marca crítica do movimento que, em que pese situado nos anais da vanguarda, impõe-se no cotidiano do trabalho, na defesa de afirmar as bases da profissão nas competências profissionais. Vulneráveis pelo desmonte do currículo e fragilidades político-associativas, as competências profissionais medeiam a interface do trabalho e formação nos diferentes espaços laborais, sinalizando expressões que, ao passo que acenam retrocessos conservadores no interior da profissão, apontam possibilidades de resistência.

O artigo apresenta recorte de pesquisa sobre competências profissionais e fundamentos do Serviço Social, desenvolvida pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da UFRGS e articula-se ao projeto de pesquisa “Fundamentos do Serviço Social e competências profissionais: uma relação necessária no trabalho do assistente social”, sob coordenação da professora da UFRGS, Thaís Teixeira Closs. Adensa tal temática na pesquisa estadual “Perfil, Formação e Trabalho do(a)s assistentes sociais no estado do Rio Grande do Sul” no âmbito do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 10ª Região, coordenado pela professora Tatiana Reidel, com amostra loco-regional realizada junto à região do Vale do Taquari, estado do Rio Grande do Sul.

Seu objetivo foi analisar a materialização das competências profissionais do trabalho do assistente social na região do Vale do Taquari-RS, considerando a mediação dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos. Como objetivos específicos, considerou-se a importância da angulação investigativa em identificar as relações e condições de trabalho, analisar as competências profissionais desenvolvidas e apreender os fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos que iluminam o desenvolvimento dessas

competências do assistente social, na região do Vale do Taquari-RS nos diferentes espaços socio-ocupacionais. Procurou-se aproximar o processo ao conjunto teórico-metodológico e ético-político de Marx, através das categorias analíticas que consideram a totalidade dos fenômenos sociais, sua historicidade numa perspectiva do movimento contraditório da realidade que, através da mediação, possibilitou a apreensão do movimento da singularidade dos fenômenos sociais/necessidades.

Foi desenvolvida pesquisa bibliográfica e de campo, procurando conjugar dados qualitativos e quantitativos, a partir de um enfoque misto. Apresentaremos dados quantitativos obtidos mediante questionários online de enfoque censitário, através da plataforma Survey Monkey, destinada à totalidade de assistentes sociais inscritos no CRESS-RS e grupo focal com

amostra não probabilística intencional por quotas, priorizando-se a heterogeneidade por natureza de trabalho do assistente sociais no vale do Taquari, a partir de levantamento quanti- qualitativo por natureza de trabalho, realizada entre os anos de 2018 e 2019, através de registros de contato de profissionais junto ao NUCRESS, comumente vinculado ao CRAS[12]. Tal levantamento usou a técnica da bola de neve[13], a partir da qual chegou-se a identificação de 12 naturezas ocupacionais de trabalho distintas, totalizando 138 assistentes sociais: 75 à área de assistência social, 27 à área da saúde, que somados aos vinculados à Previdência, totalizam 105, ou seja, a grande maioria na área da seguridade social, restando 20, no terceiro setor e 6 na área de segurança.

1. A produção social brasileira: a história como motriz da realidade social e dos fundamentos do Serviço Social

O Serviço Social brasileiro é trabalho, profissão e área do conhecimento. Desenvolve-se no quadro da produção e reprodução das relações sociais capitalistas análise que, à luz das particularidades da formação sócio-histórica brasileira, é pressuposto para a legitimação da centralidade do constructo marxista e da questão social e trabalho como categorias analíticas centrais dos fundamentos críticos da profissão, cuja materialização expressa-se nas competências profissionais a que se propõe/sujeita nos diferentes espaços de trabalho.

Das décadas de 1930 à “redemocratização” em 1984, o Brasil é atravessado pelos rebatimentos de divisão ideológica pós-guerra. Destaca-se o legado populista de Getúlio Vargas marcado pelo aprofundamento do capitalismo industrial e alternativas à questão social em que “os trabalhadores foram incorporados à sociedade por virtude das leis sociais e não de sua ação sindical e política independente” (CARVALHO, 2004, p. 124), o desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e os conturbados governos de Jânio Quadros e João Goulart, em que agravavam-se a incompatibilidade de expansão

capitalista à conflitiva contradição das classes burguesa e proletariado (agora mais politizado) e a luta democrática por eleições diretas e a Constituição em 1946.

A questão social é tida como problema moral individual e tem nos princípios católicos a base para o trabalho leigo de assistentes sociais com o “ideal de fazer o bem”, que balizam competências políticas retóricas de cunho humanista e antiliberal, com aporte filosófico neotomista, bases para as primeiras escolas de Serviço Social em 1936 (CASTRO, 1989; AGUIAR, 2011). A partir da década de 1940, tal escopo teórico-filosófico incorpora a centralidade da família com influência norte-americana, da sociologia conservadora dos métodos de trabalho de Caso, Grupo e Comunidade e de tendências psicologizantes compondo os currículos, sob fundamentos positivistas (IAMAMOTO, 2013). Não há uma ruptura radical, mas uma fusão dessas tendências para o Serviço Social. Forja-se um novo perfil ser e saber ser assistente social “competente”: o conhecimento e sistematização dos espaços sócio- ocupacionais e um discurso e perfil comportamental humanista cristão. Observa-se uma expansão quantitativa das novas requisições organizacionais “suscita no assistente social, progressivamente, a substituição do binômio Igreja-Família por Escola-Indústria-Família” (ANDRADE, 2008, 277), a exemplo das instituições assistenciais criadas a partir de 1942 - a Legião Brasileira de Assistência – LBA e Sistema S, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Social da Indústria (SESI) incorporando novas “competências”. Segundo Iamamoto (2013), o “metodologismo” norte-americano incorpora-se ao arranjo teórico-doutrinário-operativo e, enquanto trabalhador assalariado, o assistente social terá função técnica, como “um produtor de serviços - não diretamente produtivos - que são, no entanto, necessários à existência e maior produtividade dos trabalhos diretamente produtivos” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 282).

De 1954 a 1967, fortalece-se o desenvolvimento de comunidade com base positivista e forte influência tomista e católica sob forte ingerência norte-americana, com o objetivo adequado às propostas desenvolvimentistas de Kubitschek e Jango (AGUIAR, 2011), fomentado por “experiências de assistentes sociais vinculados à esquerda católica e aos projetos de educação de base e de organização popular em comunidades urbanas e rurais” (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008). Destaca-se a influência de Paulo Freire e a tônica da participação, como contraponto às práticas integrativas norte-americanas, favorecendo-se gradual diálogo com referenciais críticos da formação e do trabalho dos assistentes sociais, impulsionada por movimentos pela revisão da profissão (CLOSS, 2017; ABREU, 2011). A radicalidade dos contrastes político-ideológicos envoltos em disputas democrático-militares assume, em 1964, contornos de um “golpe de Estado sem disfarces” (OLIVEIRA, 2018, p. 56) perdurando até 1984 em que a renovação da oposição crítica de associações profissionais e Igreja entre outros, fundamentadas pelo espírito da teologia da libertação e aproximação com o marxismo, culminam com a campanha por eleições Diretas em 1984.

A década de 1960 foi determinante para a revisão latina da profissão. No Brasil, cabe destacar, o Seminário Nacional sobre Ciências Sociais, a Convenção da ABESS em 1963, que priorizou a realidade brasileira e sua relação com o Desenvolvimento de Comunidade; e o Seminário Latino-Americano em Porto

Alegre, que provocou um Serviço Social adequado à realidade latino-americana (AGUIAR, 2011). Nesse ínterim de indagação teórico-crítica dos fundamentos teóricos e sobre o trabalho profissional face à conjuntura econômica e político-social que se estabeleceu a crítica aos referenciais funcionalistas/positivistas inaugurando o que ficou conhecido como Movimento de Reconceituação, reverberando diferentes tendências e incidindo nos fundamentos da profissão, na sua direção social (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008). Foi “referenciado historicamente a partir dos anos 1960, com avanço significativo durante a década de 1980” (SILVA e SILVA, 2011, p.135). Um “conhece-te a ti mesmo” do Serviço Social coerente com o cenário no qual insere-se espalhou-se nos debates coletivos da categoria, fomentando a nucleação de organizações com o objetivo de coletivização de um projeto latino-americano de Serviço Social (BRAVO, 2009).

José Paulo Netto discute o Movimento de Reconceituação e identifica três tendências de renovação no Brasil: a perspectiva modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura. No início dos anos de 1970, a crítica à direção conservadora na profissão é protagonizada pela Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (UCMJ), o Método BH, divulgado em 1973 e 1976 e em Convenções da então Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), debatendo perspectivas de mudanças na profissão, com ênfase para a ruptura com o Serviço Social conservador e com a neutralidade teórico-metodológica (NETTO, 2005; BRAVO, 2009). Soma-se a reflexão de Alba Carvalho (1986) e Marilda Vilela Yamamoto (1982), como uma “crítica ao epistemologismo de naípe estruturalista, com a introdução do pensamento gramsciano e com retorno à fonte original marxiana” (PONTES, 2016, p. 31), incorporando um novo arranjo categorial no Serviço Social, especialmente, quanto aos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos, que caracterizam a proposta de ruptura com o conservadorismo. O marco histórico do período foi o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, o Congresso da Virada, realizado em 1979 que materializa coletivamente a intenção de ruptura com o conservadorismo (BRAVO, 2009). Estabelece um posicionamento teórico-metodológico e ético-político e a consolidação do Projeto Profissional do Serviço Social brasileiro apostando na classe trabalhadora e na provocação de um escopo organizativo acadêmico e de trabalho que subsidiasse legalmente tal intento com a consolidação do Currículo Mínimo do Serviço Social (1982), a Lei de Regulamentação da Profissão (1993) e o Código de Ética (1983 e 1993) (BRAVO, 2009).

Nesse contexto, cabe destacar a pesquisa de Marilda Yamamoto e Raul de Carvalho, lançada em 1982, no livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, que representou o marco da aproximação madura do Serviço Social com a teoria marxista (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 79). O pensamento marxiano da obra subsidia a formulação e aprovação do Currículo Mínimo do Serviço Social, integrando suas ideias de adensamento crítico do Serviço Social tradicional, estabelecendo-se como “o primeiro esforço no âmbito da formação profissional, de superação das práticas tradicionais que eram desenvolvidas pelo Serviço Social norte-americano” (ZACARIAS, 2017, p. 118).

A década de 1990, no governo Collor, inicia o ciclo neoliberal no Brasil, mantido pelos governos subsequentes em que o plano econômico latino-americano, mantém-se a filiação à doutrina neoliberal, ratificada no Consenso de Washington em 1989, cujas diretrizes ascendem no governo FHC. Essa lógica persiste, embora com novas nuances, nos governos de Lula e Dilma, com o lema recorrente do desenvolvimento. A caracterização do ciclo neoliberal não reside apenas, nem exclusivamente, nas formas e opções da política econômica geralmente conservadora e sob a égide de políticas monetárias recessivas e políticas fiscais ortodoxas, mas é no plano social que o neoliberalismo fica marcado como um período único na moderna história brasileira, desde 1930, uma política antirreformas sociais, antirregulacionista, antidireitos do trabalho e direitos sociais (OLIVEIRA, 2018, p. 66).

O Golpe de 2016 de Temer marca o avanço da desconstitucionalização neoliberal, um “tapetão institucional”. Com trajes de crise econômica e sob empenho midiático no combate à “corrupção”, o golpe atende a planos “políticos de direita, donos da mídia, financistas, empresários em busca de favores estatais e todo o tipo de aproveitadores que tenta se dar bem no novo ciclo de valorização ampliada do capital e de concentração de renda” (MARINGONI, 2018, p. 29).

Maringoni (2018) nos alerta que o golpe emerge como novo cume histórico (no DNA do país), um novo capítulo que reafirma o Brasil como grande exportador, de mercado interno dependente e com feições de uma escravidão contemporânea assentada em “reformas” trabalhistas, da Previdência e a Emenda Constitucional nº 95, a PEC dos gastos, que abertamente expõe o povo brasileiro a uma verdadeira bancarrota de direitos, por 20 anos. A seguridade social é diretamente atacada pela via da Previdência Social (não que saúde e assistência social passem ilesas), paripassu ao desmonte do Seguro Público de Seguro Social. Assim como a Reforma Trabalhista, materializada especialmente na Lei nº 13.467/2017, que conjuga estratégias que fragilizam a segurança dos vínculos de trabalho pela flexibilização de regime de trabalho fluidificando remuneração x jornada (SOUZA, 2019). Já o (des)governo Bolsonaro, em suas esquisitices, deixa escrachada seu limite coadjuvante e figurativo, utilitário às medidas liberais mais austeras, conforme Santos (2019, p. 93), “ajuste fiscal” permanente que espolia ainda mais a classe trabalhadora, em todos os níveis.

No âmbito acadêmico, coloca-se em xeque a validade das teses da desqualificação no trabalho, surgindo a polarização das qualificações, questiona-se a validade da formação profissional formal e linear dos diplomas e evidencia-se o estímulo ao trabalhador em “envolver-se subjetivamente com os saberes que organizam as atividades de trabalho supostamente, mais integradas e flexíveis” (RAMOS, 2001, p. 38). A noção de competência amplia-se para a formação e a cultura, fomentando o processo de reprodução social do capitalismo nos moldes de um mercado de trabalho em que as regras de acesso e permanência se flexibilizam.

É especialmente a partir de 1990 que o neoliberalismo instaura seus princípios de forma mais consistente, conformando o discurso da relevância das reformas liberais, do pragmatismo e da pobreza

como empecilho ao crescimento econômico. Tal cenário, aliado à “maioridade do Serviço Social no Brasil no domínio da elaboração teórica” (NETTO, 1996, p. 112), de forte influência da matriz marxista a partir de 1980, expressa na produção teórica acerca da política social e nos debates sobre o significado social da profissão, provoca a legitimação formal da especialização à divisão do trabalho e acadêmica. Com aportes teóricos, éticos e políticos, indissociavelmente imbricados (IAMAMOTO, 2008), conferem-se as bases acadêmica e organizativa do Serviço Social de forma hegemônica, contemplando o pluralismo profissional. A expressão da coletivização do “novo” ethos profissional que remete a um conjunto de valores em que nega-se a base filosófica tradicional e neutra, afirmando um perfil profissional, competente, teórico(a), técnico(a) e politicamente capaz (BRASIL, 2011), materializa-se no Código de Ética Profissional em 1986. Revisado, esse processo operou em dois níveis, reafirmando valores e normatizando o exercício profissional para a garantia expressa dos direitos e deveres profissionais (CFESS, 2011), culminando no Código de Ética instituído pela Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993, vigente até os dias atuais, bem como pela Lei de Regulamentação da Profissão, nº 8.662, de 07 de junho de 1993. No plano acadêmico, a ABESS, afinada ao avanço das pesquisas em Serviço Social e Política Social do Centro de Documentação e Pesquisas em Serviço Social (CEDEPSS), fortalece-se na discussão da formação. Diante da fragilidade de apreensão do método dialético-crítico, da questão do ecletismo no trato das teorias sociais e do economicismo e epistemologismo marxistas presentes no Currículo de 1982, desencadeiam-se debates para a revisão dos currículos, como estratégia de articular os conteúdos, fragmentados em disciplinas de Teoria, Metodologia e História do Serviço Social, embora mantidos os valores de 1982 (LOPES, 2016; QUIROGA, 1991; ABESS, 1989 apud ZACARIAS, 2017).

Esse rol de competências críticas é sustentado pelas Diretrizes Curriculares de 1996, que distinguem, em seu conjunto, Núcleos de Fundamentação para a formação, estabelecendo-se inovações face ao currículo de 1982: primeiro, “a questão social como base de fundação sócio-histórica do Serviço Social e o segundo é apreender a “prática profissional como trabalho e o exercício profissional inscrito em um processo de trabalho” (IAMAMOTO, 2008, p. 57). A concepção dos Fundamentos do Serviço Social, a partir das Diretrizes Curriculares, compreende a profissão

[...] enquanto especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho. Esta perspectiva destaca, fundamentalmente, a historicidade do Serviço Social, entendido no quadro das relações sociais entre as classes sociais e destas com o Estado. Implica, pois, compreender a profissão como um processo, vale dizer, ela se transforma ao transformarem-se as condições e as relações sociais nas quais ela se inscreve (ABESS, 1996a, p. 60).

O esvaziamento na versão do MEC, de 2001, dos tópicos de estudos, articulando organicamente os referidos núcleos na lógica das Diretrizes Curriculares da ABEPSS representa “na prática, a dificuldade de garantir um conteúdo básico comum à formação profissional no país”, restando à formação a vulnerabilidade diante da absorção das demandas do mercado livremente pelas unidades de ensino

(IAMAMOTO, 2014. Já na literatura do Serviço Social, recorre-se à Yazbek (2009), Simionato (2004), Cardoso (2016) e Iamamoto (2012), com destaque à produção recente de Closs (2017) e Zacarias (2017). Para Yazbek (2009), os Fundamentos do Serviço Social congregam as dimensões históricas, teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas. Cardoso (2016) parte da perspectiva do Serviço Social como uma totalidade histórica, e a história como uma sequência de processos diversos e não lineares, configurando diferentes formações sociais nas quais o Serviço Social insere-se como profissão. Simionato (2004), resgatando os princípios da formação profissional estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares, reforça que não apenas a história deve ser o fio condutor do ensino de Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social, mas justamente os veios ético-políticos assumidos pela profissão, sua identidade no decurso do tempo, forjada em diferentes conjunturas de produção capitalista, devem conformar a formação e o trabalho profissionais. Segundo Closs (2017, p. 12):

Os Fundamentos do Serviço Social constituem matriz explicativa da realidade e da profissão, particular ao Serviço Social, (re)construída processualmente na sua trajetória histórica no movimento da realidade brasileira, a qual possui dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas que fundamentam a dimensão técnico-operativa desta profissão. Esta matriz na atualidade, conforma-se a partir da conjugação de método/teoria marxistas e valores emancipatórios na análise histórico-crítica totalizante do Serviço Social, profissão cujo núcleo central reside no debate teórico-metodológico marxista, na análise da categoria trabalho (mediada com a profissão), bem como do seu projeto ético-político.

Ainda, segundo Zacarias (2017, p.188) os dados coletados no Rio Grande do Sul revelam o incipiente acesso/investimento à/na literatura marxiana no ensino, processo agravado pela “existência de uma base eclética das bibliografias que subsidiam a formação, tendo um espaço minoritário as obras de perfil epistemológico crítico-marxista”. Tal perspectiva é corroborada também na já referida pesquisa de Closs (2017) em torno da produção intelectual do Serviço Social e sua mediação com os Fundamentos do Serviço Social sinalizando para:

[...] Uma contradição em processo entre o adensamento conceitual totalizante dessa matriz e a sistematização de um campo de mediações e particularizações que contribuam para sua materialização na formação e no exercício profissional, numa conjuntura de ofensiva do capital sobre o trabalho, as lutas e os direitos sociais, a qual impacta nas próprias bases históricas da hegemonia desta matriz e também fragiliza essa conjugação (CLOSS, 2017, p. 12).

Resta assumir a perspectiva de que para a consolidação da direção social do Serviço Social, além da pesquisa das propostas formativas (que congrega futuros profissionais) e da pesquisa em torno da produção intelectual, ou seja, dos “parâmetros ídeo-políticos e teórico-culturais de mais forte presença no campo profissional” (NETTO, 1996, p.111), seja necessária a problematização da dimensão do trabalho e da

transversalidade da questão social como pressuposto analítico, conferindo visibilidade aos núcleos centrais das dimensões dos fundamentos.

2. O Serviço Social como trabalho e suas competências

A análise da relação dialética entre o processo histórico de profissionalização do Serviço Social e sua inscrição na divisão socio técnica do trabalho, é favorecido pela revisão bibliográfica de Yamamoto (2015) e Raichelis (2018; 2011). Implica pressupor o exercício de uma atividade especializada no universo do trabalho coletivo, já que “o trabalho não é a ação isolada de um indivíduo, mas é sempre atividade coletiva de caráter eminentemente social” (RAICHELIS, 2011, p. 423), na relação contraditória entre as classes sociais e a força de trabalho como um “conjunto de capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo” (MARX, 2017, p. 242).

No sistema capitalista, essa força é colocada à venda e, da mesma forma, é mediada pelo valor, por renda e capital nos processos de trabalho, conformando a autonomia humana relativa. (MARX, 2017; IAMAMOTO, 2015; RAICHELIS, 2018). A capacidade de trabalho “não é nada quando não é vendida” e, como mercadoria, condensa a dupla dimensão de trabalho concreto, voltado a bens com finalidade de uso e a dimensão abstrata do valor de troca, mediada pelo dinheiro, que lhe é atribuído pelo salário e pago pelo tempo dispendido para a produção das “mercadorias”, e não pelo valor que as mercadorias produzidas valem efetivamente (MARX, 2017, p. 248).

O Serviço Social é trabalho imaterial, já que se expressa em serviços e, na maioria dos espaços socio ocupacionais, como improdutivo, já que é desenvolvido no setor estatal. Há que considerar que a divisão social e técnica do trabalho vem baseada em pressupostos funcionalistas, estabelecendo uma estratificação das profissões. Essa tênue linha entre os consensos da categoria quanto à natureza de sua profissão, sua teleologia e a imposição de “regulamentações específicas ao trabalho a ser empreendido no âmbito do trabalho coletivo, além das normas contratuais (salário, jornada, entre outros), condicionam o conteúdo de trabalho” (IAMAMOTO, 2015, p. 219). Tal condição é dialeticamente superada a partir da totalidade e da historicidade da realidade social, nas demandas e lutas dos sujeitos e coletividades à luz de lentes teórico-críticas. A resistência do Projeto Ético Político do Serviço Social materializa-se nos meandros do exercício da autonomia profissional, sendo “orientado por uma teleologia emancipatória, enfrentando contradições de um trabalho tensionado pelas lutas de hegemonia presentes no sistema metabólico do capital” (RAICHELIS, 2018, p. 61). Nesse aspecto, as políticas sociais representam os meios de trabalho e as instâncias que medeiam a empregabilidade disponibilizados pelo Estado ao assistente social.

Deve-se, portanto, inserir a relevância do debate da unidade entre teoria e prática no Serviço Social. Isso requer considerar os aportes teórico-metodológicos e ético-políticos do Projeto Ético Político,

compartilhados coletivamente em favor da classe subalterna e ancorada na intenção de ruptura com o conservadorismo, o método materialista-dialético como meio de desvendamento da questão social e a emancipação humana como horizonte histórico, além dos valores ideológicos institucionais desses espaços e das perspectivas do “prévio recorte das políticas definidas pelos organismos empregadores, que estabelecem demandas e prioridades a serem atendidas” (IAMAMOTO, 2009, p. 14).

O trabalho do assistente social, expresso em suas atribuições e competências, “vem sofrendo um processo de alterações na sociedade contemporânea e conclamam maior investimento por parte da pesquisa na área de Serviço Social, visto não disporem da necessária visibilidade na literatura profissional” (IAMAMOTO, 2010, p. 219), já que mediam o estatuto jurídico, teórico e ético do trabalho do assistente social a partir de seu Projeto Ético Político e do que é ser competente e do que compete ao assistente social, a partir da lógica institucional dos diferentes espaços sócio-ocupacionais.

Nesse horizonte, há um desafio posto à consolidação do Projeto Ético-Político, que é o de que as competências e atribuições, tanto na formação quanto no trabalho, estejam iluminadas pelas dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas do Fundamentos para maior clareza de direção social. Isso é essencial para “contribuir para a superação dos processos de alienação, para a qualificação das políticas públicas, para a ampliação de processos sociais emancipatórios” (PRATES; CLOSS, 2015, p. 368), consideradas as condições e relações de trabalho em um cenário atravessado pela noção de competência.

3. O Serviço Social na região do Vale do Taquari: seu trabalho, competências profissionais e fundamentos

O Vale do Taquari ocupa uma área de 5.762 km, correspondendo a 1,71% da área total do Rio Grande do Sul, congregando 36 municípios, a maioria de pequeno porte (menos de 5.000 habitantes). Fica em média a 150 km distante da capital Porto Alegre. A ocupação do espaço inicia-se por volta de 1700 por açorianos, portugueses e espanhóis (CODEVAT, 2017). A densidade demográfica da região é de 67,9 hab/km². O destaque econômico é o setor agropecuário, com relevância à pecuária de frangos e suínos sendo responsável por 25% da produção de frangos, 15% de suínos e 8% da produção leiteira do Estado. A maioria dos vínculos formais de trabalho apresenta rendimentos mensais de 1 a 2 salários mínimos.

O Serviço Social no Vale do Taquari foi analisado a partir de pesquisa de abrangência estadual que mapeou o perfil, a formação e o trabalho dos assistentes sociais, participando 97 profissionais da região. Em relação à inserção de assistentes sociais no mercado de trabalho na região, pelo levantamento da pesquisadora, com o apoio do NUCRESS Vale do Taquari, foi possibilitada a coleta empírica prévia à coleta estadual: quantitativa – do número de profissionais por município do Vale do Taquari, e qualitativa – de qual espaço sócio-ocupacional no(s) qual(is) esses profissionais estavam alocados entre os anos de 2018 e

2019. Identificou-se um total estimado de 12 naturezas distintas de espaços ocupacionais e 138 assistentes sociais inseridos nos mesmos, cuja distribuição pode ser verificada na Tabela 3:

Tabela 1: Mapeamento dos espaços ocupacionais de distintas naturezas e número de assistentes sociais vinculados no Vale do Taquari.

Espaço ocupacional	Nº de profissionais
Proteção Social Básica de Assistência Social (CRAS)	67
Entidades do Terceiro Setor	20
Atenção Especializada em Saúde	12
Atenção Básica em Saúde	09
Atenção Hospitalar	06
Proteção Social Especial de Média Complexidade de Assistência Social (CREAS)	08
Gestão	05
Judiciário	02
Previdência	02
Sistema penitenciário	04
Empresas privadas	02
Habitação	01
Total	138

Fonte: NUCRESS Vale do Taquari (2019).

Tais evidências possibilitaram o processo metodológico para a proposta de adensamento qualitativo através de grupo focal. Dos 12 convidados e confirmados para o grupo focal, houve a participação efetiva de 11 participantes: 1 proteção social básica (CRAS); 1 da proteção social especial de média complexidade (CREAS); 1 da proteção social especial de alta complexidade (acolhimento institucional de crianças e adolescentes pelo terceiro setor); 1 da gestão; 1 da atenção básica em saúde (UBS), 1 da atenção especializada em saúde (CAPS), 1 do sistema penitenciário; 1 da previdência social; 1 de empresa privada; 1 do poder judiciário; e 1 representante da política de habitação, cujas contribuições analisamos com os dados censitários.

A faixa etária predominante é a de respondentes entre 30 e 44 anos (60,82%). A maioria é praticante de uma religião (72,16%), prevalecendo a católica, entre romana e ortodoxa (57,14%), corroborando dados do perfil profissional do CFESS (2005, p.23): “mulher, com idade entre 35 a 44 anos, católica praticante, que se autodeclara branca, heterossexual e casada”. O ensino à distância (EaD) expande-se no Vale do Taquari a partir de 2004. A primeira universidade a instalar um polo EaD na região com oferta do curso de

Serviço Social, segundo dados do E-mec, foi a Universidade Paulista. Hoje, há um total de 19 polos ativos e um total de

95.569 vagas para Serviço Social, a maioria (53) com curso de Especialização. Quanto à oferta de vagas na região, 80,72% dos profissionais estão inseridos no mercado de trabalho na área do Serviço Social, sendo a maioria com vínculo estatutário (44,78%), e ainda uma parcela significativa (26,87%) são de contratados por regime celetista (CLT). Os contratos temporários somam 8,96%, os terceirizados totalizam 4,48% e, ainda, 2,99%, são prestadores de serviço. Há relatos da precarização das condições de trabalho terceirizado expresso no grupo focal: “estamos há três anos sem ganhar um reajuste, nós somos terceirizadas” (Assistente Social 9). Em relação à política social de inserção profissional, a assistência social representa a maioria, com 65,67% dos respondentes; a saúde, com 17,91% e previdência, 1,49%. Os demais 14,93%, em sua maioria estão vinculados à educação (20%) e à assistência social e saúde concomitantemente. Quanto ao vínculo de trabalho, o setor público municipal é o mais comum, (62,69%), a maioria com apenas um vínculo de trabalho (73,13%). A carga horária de trabalho semanal varia entre 31 a 40 horas, confrontando a Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010. A remuneração varia essencialmente entre R\$ 1.000,00 e R\$ 13.000,00.

No que tange à saúde dos assistentes sociais da região, o desgaste mental é questão problemática já que a depressão tem a maior frequência das respostas (50%), seguida por cefaleia crônica (37,50%) e doenças digestivas (37,50%). Ainda, nos últimos cinco anos, 40,91% alegam algum problema de saúde: depressão (50%) e outros (41,67%), como “bruxismo”, “relacionamento profissional”, “crises de choro”, “ansiedade”, “síndrome de Burnout” e “síndrome do pânico” (8,33%), problemas gástricos ou outras doenças digestivas (37,50%), cefaleia ou enxaqueca crônicas (37,50%), doenças osteomusculares (25%) e labirintite (uma ocorrência).

Em se tratando das competências profissionais, em que pese não adensar quesitos legais, a pesquisa estadual parte da análise do efetivo exercício das competências previstas no artigo 4º da Lei de Regulamentação profissional. Os dados da região apontam tendências observáveis no quadro:

Quadro 1: Exercício das competências no trabalho do assistente social do Vale do Taquari

Competências Profissionais	Exercido sistematicamente	Exercido esporadicamente	Não Exercido
Orientação e acompanhamento de famílias, indivíduos e grupos sociais	71,64 %	14,93 %	13,43%
Realização de estudos socioeconômicos, relatórios e pareceres sociais	52,24 %	31,34 %	16,42%
Planejamento, organização e administração de benefícios sociais	37,31 %	25,37%	37,31%
Elaboração e/ou coordenação de projetos sociais	35,82 %	31,34 %	32,84%
Gestão de políticas e serviços sociais	28,36 %	22,39%	49,25%
Formulação e/ou avaliação de políticas e serviços sociais	26,87 %	38,81 %	34,33 %
Supervisão direta de estagiários de Serviço Social	17,91 %	28,36 %	53,73 %
Gestão/direção de Unidade ou setor de Serviço Social em entidades públicas ou privadas	16,42 %	25,37 %	58,21 %
Assessoria apoio a movimentos sociais e ações de mobilizações sociais	7,46 %	37,31 %	55,22 %
Assessoria e consultoria a órgãos da Administração Pública, empresas privadas e outras entidades	7,46 %	28,36%	59,70 %
Desenvolvimento de processos investigativos/pesquisa	7,46 %	26,87 %	65,67 %

Fonte: Sistematização da autora a partir do banco de dados da Pesquisa Interinstitucional Perfil, Formação e Trabalho do(as) Assistentes Sociais no Rio Grande do Sul (REIDEL et al, 2020).

A análise dos dados acima, parte da proposta de Mioto (2009, p. 3) a partir da qual o conjunto de ações inerentes às competências profissionais compõem conjuntos distintos, mas indissociavelmente complementares, figurando “três grandes processos de articulação das ações profissionais que são os processos político-organizativos, processos de planejamento e gestão, aos quais chamaremos estratégicos e os processos socioassistenciais, oportunamente como operacionais”. Em destaque, despontam processos socioassistenciais/operacionais que demandam maiores habilidades para intervenção direta dos assistentes sociais com a população. A maior representatividade dessa competência na região é o exercício de orientação e acompanhamento de famílias, indivíduos e grupos sociais, com 71,64% das respostas. Inegavelmente, há que ampliar-se tal problemática que, para além da família e do indivíduo há uma conjuntura e, lançando-se mão da dimensão pedagógica, possa-se ampliar a orientação e o acompanhamento nos processos de trabalho para outros espaços, profissões, áreas do conhecimento e níveis hierárquicos, como forma de incorporação dessas competências como sendo do assistente social. Ainda na lógica da intervenção direta, evidencia-se a incidência do exercício da competência para/de realização de estudos socioeconômicos, relatórios e pareceres sociais, com 52,24% das respostas.

Tal perspectiva, vincula-se especialmente a processos político-organizativos, como uma expressão ética para prestar assessoria e consultoria a órgãos da Administração Pública, empresas privadas e outras entidades e assessoria e apoio a movimentos sociais e ações de mobilizações sociais, ambas representando o baixo percentual de 7,46% no exercício profissional da região. Conforme Matos (2009), a competência de

assessoria, pode dar-se entre assistentes sociais como reforço e articulação pela direção social teórico-prática da categoria; assessoria à gestão nos contraditórios interesses das políticas sociais; e da ainda pouco explorada e pesquisada, assessoria para organização política dos usuários, “envolver eles nessa caminhada” (A.S. 5).

No Vale do Taquari, as competências estratégicas concentram-se especialmente no planejamento, organização e administração de benefícios sociais, 37,31%; seguida pela elaboração e/ou coordenação de projetos sociais, 35,82%; gestão de políticas e serviços sociais, 28,36%; formulação e/ou avaliação de políticas e serviços sociais, 26,87%; e gestão/direção de Unidade ou setor de Serviço Social em entidades públicas ou privadas. A concentração maior da questão estratégica situa-se junto aos benefícios sociais que, podemos inferir, têm relação quantitativa com o atendimento direto à população usuária na execução de serviços.

A menor representatividade refere-se ao desenvolvimento de processos investigativos/pesquisa: um montante de 67,65% dos respondentes informa não desempenhá-la. No grupo focal, nenhum participante fez alusão ao desenvolvimento específico dessa competência. Moraes (2015) adensa a problemática do “lugar da dimensão investigativa” tanto na formação, quanto no trabalho, apontando a importância do processo ético de atualização profissional inerente à competência teórico-metodológica para leitura e intervenção da/na realidade, alicerçando pilares do Projeto Ético Político.

Dando continuidade à supervisão direta de estagiários de Serviço Social, mesmo legalmente inscrita enquanto atribuição privativa, teve a frequência de 17,91% como competência profissional exercida no trabalho. No Vale do Taquari, 63,08% dos profissionais informaram não desenvolver a supervisão de estágio no seu cotidiano de trabalho, sendo que dos que desempenham, 7,69% alegam realizar por pressão institucional. Um aspecto a ser abordado diz respeito à subordinação do estágio à lógica do trabalho/emprego: “[...] o que a gente tem são alguns estagiários que são extracurriculares que também contribuem e acrescentam na questão do trabalho (A.S. 5). Entendida “como lugar que permite uma reflexão sistemática que busca apreender os processos sociais para além da sua aparência imediata” (GUERRA; BRAGA, 2009, p. 15) o desempenho deve equacionar o tempo, formação e condições de trabalho dos profissionais e dos estagiários, não o deixando “reduzido à mera preparação de tarefas, ação atrelada à burocracia, aos ditames mecânicos, rotineiros e essencialmente técnicos” (LEWGOY, 2013, p. 23). É preciso considerar que, em tempos de ataques neoliberais ultraconservadores à formação profissional, à produção de conhecimento e ao trabalho, também se fragmentam as competências profissionais verificando-se a substituição da “necessária interconexão entre o concreto pensado e sua mediação operativa por um *laissez faire* ou uma “prática profissional” (PRATES, 2018, p. 240). As competências reveladas na pesquisa demonstram tendências que, à luz dos diferentes processos de trabalho, aludem significativamente a aspectos operacionais de atendimento direto à população.

No Vale do Taquari, 86,57% dos respondentes informam que seu objeto de trabalho são as relações sociais e/ou familiares; 74,63% as vulnerabilidades e riscos sociais; e 70,15% vinculando o objeto sujeitos sociais. Apesar de 70,15% respondeu atribuírem às múltiplas expressões da questão social como objeto de trabalho, apenas uma pessoa marcou exclusivamente essa opção, estando o restante agregado outros “objetos”. Tais resultados permitem ponderar quanto à fragilidade da apreensão da questão social como objeto de trabalho pela categoria. Na formação, os referenciais teóricos disciplinares diversos ao trato marxista, conforme pesquisa de Zacarias (2017), revelam a dispersão eclética, pela multiplicidade de fontes, afetando o amadurecimento didático-pedagógico da matéria questão social. (PRATES, 2018). A “questão social” fica posicionada como chão teórico (apenas) e, logo, sem articular-se às demais dimensões do pensamento marxista filosófico e histórico-político. Os “pseudo- objetos” de trabalho apontam tendências subjacentes intimamente ligadas à formação graduada e continuada (se for o caso) remetendo à problemática do ecletismo, que pode ser analisada a partir dos referenciais teóricos mais influentes na região, expressas na tabela a seguir.

Tabela 2: Fundamentos teóricos do trabalho dos assistentes sociais no Vale do Taquari

Referencial teórico	Representatividade no Vale do Taquari	Frequência no grupo focal
1. Teoria social marxista/ Método dialético-crítico	67,65%	50%
2. Referenciais clínicos, sistêmicos ou terapêuticos	23,88%	12,5%
3. Referenciais fenomenológicos/existencialistas	23,88%	0%
4. Referenciais pós modernos	17,91%	0%
5. Referenciais positivistas/funcionalistas	8,96%	0%
6. Não nomearam o referencial	4,48%	25%

Fonte: Sistematização da autora a partir do banco de dados da Pesquisa Interinstitucional Perfil, Formação e Trabalho do(as) Assistentes Sociais no Rio Grande do Sul (REIDEL et al, 2020).

O que chama a atenção é que, dos 67,65% dos respondentes no Vale do Taquari que informam terem como referencial a teoria social marxista/método dialético-crítico, a maioria (75%) a assinala como única opção. Um universo de onze respondentes (25%), porém, a aliam a outro(s) referencial(ais) teóricos. No grupo focal, da mesma forma, a teoria social marxista destaca-se dentre as teorias mais referidas para fundamentar o trabalho. Importante que se atente à associação a ele que, no caso do Vale do Taquari, predominam aquelas de cunho clínico, sistêmico ou terapêutico que destaca-se quanti-qualitativamente (36,35%). O marxismo é ainda tido como uma teoria “menos recente” e “obsoleta” no tempo da profissão, como um resquício de um rompimento com o positivismo e o reconhecimento da sociedade de classes como produtora de desigualdade ressoando com um nostálgico, “voltando à faculdade” (A.S. 6).

Considera-se importante a clareza teórica sobre o significado de prática e de teoria, associando-as ao mercado de trabalho e à formação. Trata-se, porém, de categorias diferenciadas. Ou seja, refere-se ao desafio de compreender quais têm sido as expectativas do mercado para um assistente social de coordenação, de execução, diante da realidade social a priori criticando o que vem prescrito, oportunizando que se discuta em essência as expressões da questão social e depois, quais os recursos existentes, o que requer clareza de método, capacidade intelectual de estabelecer mediações que transcendam a pseudoconcreticidade posta no cotidiano (CLOSS, 2017, PRATES, 2018).

Considerações finais

O Estado, enquanto lócus histórico de trabalho do assistente social em serviços, provoca a maior discussão do trabalho imaterial, das formas estratégicas em que o trabalho abstrato estatal tem absorvido a propriedade profissional, especialmente o que lhe é mais caro para sua identidade: seus fundamentos. A análise dos fundamentos revela a fragilidade de apreensão pela categoria do constructo marxiano, expresso significativamente na questão ligada ao método filosófico crítico-dialético que tem na apreensão e superação da pseudoconcreticidade, o gatilho mental para conferir condições de organicidade teórica ética e política da profissão, o que demanda maiores pesquisas de sua expressão no cotidiano. Os resultados provocam a ampliação de pesquisas em torno das competências profissionais e Fundamentos do Serviço Social, reiterando-se:

O trabalho, a profissão e o conhecimento em Serviço Social, conjugam competências profissionais que medeiam conhecimentos, habilidades e atitudes requeridos pelo mercado e pela profissão que são atravessadas por condições e relações capitalistas, nos limites da alienação e exploração. Acima de tudo, representam também resistência na manutenção do patrimônio intelectual profissional construído coletivamente, qual seja, sua identidade e lógica histórica de existência no mundo do trabalho, permeada por contradições, superações na conexão com a realidade social na qual faz parte. Tal identidade tem nos fundamentos teórico- metodológicos e ético-políticos eixos balizadores dessas competências, da particularidade e legitimidade profissional.

Mister a importância do pluralismo de conhecimentos, porém, é preciso que ele seja conjugado na análise do real como elemento de crítica e resistência às dinâmicas de “captura da subjetividade do trabalhador” (PRATES, 2019, p. 241) pelo mercado, com particularidades nos diferentes processos de trabalho. O lastro eclético encontra na fragilidade teórico- metodológica dos profissionais terreno fértil, mostrando sua expressão na influência “pacífica” com outras teorias/métodos. Tais análises possibilitam avançar na identificação de estratégias de legitimação do Projeto Ético-Político crítico, de organização política da categoria profissional e de qualificação da formação da profissão no movimento da realidade

brasileira, fazendo frente ao conservadorismo e pragmatismo imperantes historicamente na profissão, demandando esforços de qualificação a partir da direção social do projeto ético-político alicerçada na matriz crítica dos Fundamentos do Serviço Social, construída nas últimas décadas.

Referências

- AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço social e filosofia: das origens a Araxá**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ANDRADE, Maria Ângela Rodrigues Alves. O metodologismo e o desenvolvimento no Serviço Social brasileiro (1947 a 1961). **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 17, n. 1, 2008. Disponível em: <https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/viewFile/13/78>. Acesso em: 11 abr. 2019.
- BRAVO, Maria Inês Souza. O significado político e profissional do Congresso da Virada para o serviço social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.100, p. 679-708, out./dez., 2009.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- CASTRO, Manuel Manrique Castro. **História do serviço social na América Latina**. Tradução de José Paulo Netto e Blkys Villalobos. São Paulo: Cortez, 1989.
- CASTRO, Manuel Manrique Castro. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social: Direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABPESS, 2009.
- CASTRO, Manuel Manrique Castro. **Código de Ética Profissional do Assistente Social** (Aprovado em 09 e Maio De 1986). Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1986.pdf. Acesso em: 13 de março 2019.
- CLOSS, Thaisa Teixeira. **Fundamentos do Serviço Social: um estudo a partir da produção da área**. Curitiba: CRV, 2017.
- GUERRA, Yolanda. Nas pegadas dos 80 anos de história do Serviço Social: o debate da instrumentalidade como marco. In: SILVA, Maria Liduina de Oliveira (org). **Serviço Social no Brasil - História de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016. p. 283-307.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. Ensaios críticos. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço social em tempo fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Projeto Profissional, Espaços Ocupacionais e trabalho do (a) assistente social na atualidade**. CFESS. Atribuições privativas do/a assistente social em questão. 1ª Ed Amp. Brasília: CFESS, 2012.

- IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **O Estágio Supervisionado em Serviço Social: desafios e estratégias para a articulação entre formação e exercício profissional**. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 13, n. 25, p. 63-90, jan./jun. 2013.
- MARINGONI, Gilberto. Viralatismo em marcha: golpe visa redefinir lugar do Brasil no mundo. In: SOUZA, Jessé; Valim, Rafael; et al. **Resgatar o Brasil** – São Paulo: Editora Contracorrente/Boitempo, 2018. p. 29-44.
- MATOS, Maurílio Castro de. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 678- 698, out./dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n124/0101-6628-ssoc-124-0678.pdf>. Acesso em: 12 de maio 2018.
- NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e serviço social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social**. 8 ed. Ver. Ampl. - São Paulo: Cortez, 2016.
- PRATES, Jane Cruz; CLOSS, Thaís Teixeira. Relações de trabalho e competências profissionais dos assistentes sociais na região metropolitana de Porto Alegre. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 15, n. 30, jul./dez. 2015.
- PRATES, Jane Cruz. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 116 - 128, jan./jul. 2012.
- PRATES, Jane Cruz. Reflexões críticas sobre pluralismo, ecletismo e Serviço Social. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 17, n. 2, p. 240–246, 2018. DOI: 10.15448/1677-9509.2018.2.32902. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/32902>. Acesso em: 21 dez. 2022.
- RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.107, p. 420-437, jul./set. 2011.
- RAICHELIS, Raquel. Polêmicas teóricas na análise marxiana do trabalho do Serviço Social. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v.16, n.41, p.154-170, 1º Semestre de 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/36691>. Acesso em: 12 set 2018.
- RAMOS, Marlise Nogueira. **A pedagogia das competências : autonomia ou adaptação?** São Paulo : Cortez, 2011.
- REIDEL, Tatiana; KNEVITZ, Agnaldo; CLOSS, Thaís Teixeira; PRATES, Jane Cruz; MACIEL, Ana Lúcia; CASTILHOS, Rosa Maria. **Perfil, Formação e Trabalho do(as) Assistentes Sociais no Rio Grande do Sul**. Projeto Pesquisa. Porto Alegre: CRESS-RS, UFRGS, PUCRS, 2019.
- REIDEL, Tatiana; KNEVITZ, Agnaldo; CLOSS, Thaís Teixeira; PRATES, Jane Cruz; MACIEL, Ana Lúcia; CASTILHOS, Rosa Maria. **Perfil, Formação e Trabalho do(as) Assistentes Sociais no Rio Grande do Sul**. Banco de dados de Pesquisa. Porto Alegre: CRESS-RS, UFRGS, PUCRS, 2020.
- SANTOS, Cláudia Mônica. Do conhecimento teórico sobre a realidade social ao exercício profissional da atualidade: desafios na atualidade. In: SILVA, Maria Liduina de Oliveira (org). **Serviço Social no Brasil - História de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016. p. 265-287.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o Popular**: resgate teórico- metodológico do projeto profissional de ruptura. 7ª ed. - São Paulo: Cortez Editora, 2011.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda. **Profissionalidade do Serviço Social**: Estatuto sócio-jurídico e legitimidade construída no “modelo” de competências. PUC-SP. São Paulo, 2013. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17644/1/Jucimeri%20Isolda%20Silveira.pdf>. Acesso em: 22 jun 2018.

SIMIONATTO, I. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. **Temporalis**, Brasília, n 8, p.31-41, 2004.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos histórico e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita; MARTINELLI, Maria Lúcia; RAICHELIS, R. O serviço social brasileiro em movimento: fortalecendo a profissão na defesa de direitos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 95, p. 5-32, set., 2008.

ZACARIAS, Inês Rocha. **A influência da teoria marxiana no trabalho do assistente social**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: FSS/PUCRS, 2013. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5057>. Acesso em: 10 mar. 2019.

Contribuições das autoras:

Bárbara Weber: Elaboração da pesquisa, elaboração conjunta do texto e avaliação final do artigo.

Thaís Closs: Elaboração da pesquisa, elaboração conjunta do texto e avaliação final do artigo.
